

IAOD do Deputado Chan Iek Lap em 23.10.2017

Promover um desenvolvimento equilibrado entre os serviços de saúde públicos e privados

O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, disse aos média que ia aumentar o orçamento da sua área, designadamente, na matéria dos serviços de saúde, ia continuar a assegurar aos idosos uma vida digna e às crianças melhores condições de crescimento, reforçar a construção das instalações e aumentar o pessoal da área, para proporcionar mais cuidados ao grupo vulnerável, isto é, aos utentes com doença prolongada, às pessoas com deficiência e às crianças do ensino especial, e permitir-lhes tratamentos atempados. Estou de acordo e apoio o aumento deste orçamento, que beneficia os cidadãos.

Registou-se, nos últimos anos, um aumento de duas décimas quanto aos recursos que o Governo colocou na área da saúde. Mas os cidadãos continuam a ter dificuldades de acesso aos médicos e a esperar longo tempo por uma consulta externa diferenciada e, por outro lado, o volume de trabalho e a pressão sentida pelo pessoal do sistema público de saúde estão cada vez maiores. Porquê? Tal como o Presidente Xi indicou no relatório de trabalho no 19.º Congresso Nacional: “a principal contradição da nova era é o conflito entre o aumento das necessidades para uma boa vida e o desenvolvimento desequilibrado e indevido, portanto, é preciso ter um pensamento baseado nos povos, para haver um desenvolvimento abrangente e prosperidade para todos”. A situação dos últimos anos de Macau é: o pessoal dos serviços públicos de saúde tem demasiado trabalho, mas os privados têm falta de trabalho. Como é que os Serviços de Saúde podem aproveitar, eficazmente, o aumento dos recursos, para os médicos do sector privado, através do próprio esforço, conseguirem servir os cidadãos e receber uma remuneração razoável?

Para resolver este problema, sugiro que o Governo, primeiro, reforme o sistema, devendo ainda ter ideias inovadoras, acredite os médicos com a respectiva licença e, através da aquisição de serviços, faça a triagem dos doentes que sofram de doenças mais vulgares para as clínicas e consultórios particulares, diminuindo assim a pressão do pessoal de saúde pública da linha de frente, e melhorando também o negócio dessas clínicas e consultórios. Enquanto isso, os serviços de saúde pública devem desenvolver-se mais nas áreas das especialidades e prevenção de doenças.

Os Serviços de Saúde sempre afirmaram que não vão adquirir serviços junto do mercado privado de saúde, pois estão preocupados com a fiscalização da respectiva qualidade e temem a ocorrência de mais irregularidades do que as que já aconteceram através dos vales de saúde. Caso no futuro não seja possível

adquirir esses serviços no mercado privado, sugiro à Administração que crie um sistema de seguro de saúde para todos os residentes e que os vales de saúde sejam de forma regular, e que disponibilize verbas para adquirir esse tipo de seguro.

O seguro de saúde para todos apresenta certos defeitos, mas, após concretizar-se, os cidadãos vão ser os maiores beneficiários, visto que o número de seguradoras é elevado, e os riscos podem ser repartidos eficazmente. As despesas médicas são suportadas pelas seguradoras, e os doentes podem optar livremente por médicos das entidades públicas ou privadas, o que consegue de imediato resolver o velho e grande problema da longa espera por consultas de especialidade nas entidades públicas, aliviando-lhes a grande pressão ao nível do trabalho. Mas a grande vantagem é ainda: a tarifa com as despesas médicas no sector privado fica sujeita à supervisão das seguradoras, o que vai aliviar a pressão do trabalho de fiscalização do Governo.

O desenvolvimento equilibrado das entidades públicas e privadas contribui para o elevar do grau de satisfação dos cidadãos e do sector da saúde. Admiro bastante uma das afirmações do nosso Presidente Xi no relatório de actividades do XIX Congresso do Partido Comunista que é “Estou sempre preocupado com a multidão que está com dificuldades”, assim, o resolver das dificuldades da multidão é um objectivo comum de cada uma das pessoas da sociedade.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In, Chui Sai Peng e Ip Sio Kai em 23.10.2017

A passagem do forte tufão Hato por Macau em Agosto, acompanhada por maré alta, causou danos graves em muitas zonas. Em algumas, a água e a electricidade estiveram interrompidas por longo tempo, as estradas ficaram bloqueadas por árvores derrubadas, toda a cidade ficou quase paralisada e, nas zonas baixas, as inundações causaram mortos, feridos e danos patrimoniais. O tufão Hato tirou o conforto da cidade, mas floresceu o seu espírito de solidariedade. O sector comercial também sofreu graves danos, mas continuou a dar apoio nos trabalhos de socorro, de forma rápida, activa e imparcial.

Após baixarem os sinais, para além de haver um grande volume de voluntários e associações a prestar assistência, e de espírito de entreatajuda, o sector industrial e comercial disponibilizou as suas máquinas e dinheiro, e lutou ombro a ombro pela cidade. As associações de construção e mecânica e engenharia também se dedicaram silenciosamente a esse trabalho. Para que a cidade voltasse ao normal rapidamente, várias associações comerciais e grupos profissionais, depois de os SMG anunciarem que iam baixar os sinais, estabeleceram grupos de socorro e mantiveram estreito contacto com o Centro de Operações de Protecção Civil, enviaram o seu pessoal e ofereceram mais de cem máquinas, instalações e veículos pesados para ajudar os trabalhos de socorro nas comunidades. Mais, para reabrir as estradas afectadas, o sector ajudou a retirar grandes obstáculos das estradas e objectos perigosos pendurados; para extrair a água acumulada nas zonas inundadas, proporcionou a instalação de bombas de água e, para evitar riscos de higiene, ajudou no tratamento dos resíduos diários nos bairros antigos. Nesses trabalhos todos, notava-se a presença do sector. Por outro lado, houve empresas de engenharia que enviaram o seu pessoal para ajudar os residentes a reparar os sistemas de electricidade, outras apresentaram sugestões e negociaram com os serviços responsáveis, em relação aos problemas urgentes e à colocação temporária dos resíduos. Todos tentaram, o mais possível, salvar a sua casa.

Durante o processo, os donos das empresas não só se dedicaram, gratuitamente, aos trabalhos de socorro, tal como os voluntários de vários sectores, como também enviaram os seus trabalhadores para neles participarem, sob a condição de não prejudicar os interesses desses trabalhadores, e não se importaram com os eventuais danos nas suas instalações, daí que se note que as pessoas deste sector são bondosas e consideram Macau como a sua casa. Neste salão solene parlamentar, com toda a minha sinceridade, espero que o Governo, quando atribuir Medalhas e Títulos Honoríficos, possa lembrar o contributo desses voluntários, e das associações comerciais e sociais.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 23.10.2017

Instar os membros do Governo a assumir as suas funções

Os membros do Governo têm de actuar para o bem da população. Na minha opinião, a maioria dos membros do Governo tem boas intenções e vontade de actuar para o bem da população, mas mesmo que seja uma boa equipa, também tem “ovelhas negras”. Neste momento, alguns membros do Governo actuam à sua maneira, portam-se mal e desorganizam as funções atribuídas. Fala-se do metro ligeiro há mais de dez anos, gastaram-se até agora cerca de 15 mil milhões de patacas, mas nem sequer estão concluídas as obras do segmento da Taipa; salienta-se sempre a governação de acordo com a lei, mas só o Instituto Cultural contratou mais de 100 pessoas ilegalmente; há repetidas escavações na mesma via pública, reflectindo os efeitos nulos do mecanismo de coordenação; quanto à previsão de tufões, não há reuniões internas, nem critérios definidos, bastando o director tomar decisões; e o Terminal Subterrâneo das Portas do Cerco foi suspenso por dois anos só para reparações, pedindo-se à população para “não ter muita esperança”.

Tudo o que acabei de referir reflecte o “desempenho” de alguns membros do Governo, ou seja, actuam de forma arbitrária, burocrática, arrogante, sem ligar às opiniões da população, não só nada fazendo, como também violando a lei intencionalmente. O Presidente Xi referiu, no recente relatório do Décimo Nono Congresso do PCC, que o Estado tem de continuar a implementar “critérios para haver bons quadros”, por outras palavras, seleccionar os membros do Governo que “tenham firmes convicções, que sirvam o povo, que sejam trabalhadores e pragmáticos, que assumam as suas responsabilidades e sejam íntegros”. De acordo com este princípio, acredita-se que muitos residentes entendem que alguns dos actuais membros da RAEM são desqualificados, uma vez que são dogmatistas, não assumindo as suas funções e responsabilidades.

Na verdade, o que causa maior descontentamento à população não são os erros cometidos pelas autoridades, mas, sim, que ninguém precisa de se responsabilizar depois de se ter detectado um erro. Quando é descoberto um erro, o Governo nunca o corrige, por iniciativa própria, nem de forma atempada. Só quando os interesses dos cidadãos são gravemente lesados é que se iniciam os chamados trabalhos de “acompanhamento e aperfeiçoamento”, e o “acompanhamento” nunca é acompanhado de responsabilização. Então, pergunto, perante as autoridades que fizeram tanta “porcaria”, mas que nunca precisaram de assumir qualquer responsabilidade, como é que os cidadãos não se sentem descontentes?

Assim, sou de opinião que, primeiro, o Governo deve rever o actual regime de responsabilização dos dirigentes, divulgar publicamente, e de forma transparente

e clara, os critérios do regime de responsabilização; ao mesmo tempo, deve melhorar os trabalhos de fiscalização dos serviços públicos e, quando encontrar alguma “doença”, deve “tratá-la” rapidamente; deve ainda rever o actual regime do Pessoal de Direcção e Chefia, nomeadamente, o seu regime de avaliação e a avaliação dos serviços públicos, melhorando os respectivos regulamentos, nomeadamente, o sujeito a avaliar, os fundamentos para a sua pontuação, a respectiva fiscalização e os mecanismos de reclamação.

Por outro lado, deve-se escolher um dirigente que trabalhe com gosto, e o mais importante é que consiga proteger a credibilidade da governação. Sugiro ainda que o Governo possa criar um mecanismo para só “promover os que têm valor e despromover os que não têm valor”, despromovendo assim os dirigentes que não cumprem a lei, trabalham de forma errada ou não sabem o que estão a fazer. No futuro, pode-se estipular que alguns cargos de direcção e chefia sejam escolhidos através de um concurso público aberto a todos, abrindo assim mais vias de acesso a cargos de direcção, e com isso conseguir escolher pessoal com capacidade real para resolver os problemas existentes na sociedade, e aceite pela população.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 23.10.2017

Recentemente, o Presidente do País, Xi Jin Ping, divulgou um relatório no 19.º Congresso do PCC. Segundo este, recorre-se à construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, à cooperação entre Guangdong e Macau e à cooperação regional do Pan-Delta do Rio das Pérolas, enquanto pontos importantes para apoiar Macau a integrar-se no desenvolvimento geral do País, e vai ser plenamente promovido o desenvolvimento da cooperação *win-win* entre Macau e o Interior da China. Podemos afirmar que o relatório desempenha uma orientação concreta e detalhada para o futuro rumo do desenvolvimento de Macau. Nos últimos anos, a nossa pátria trouxe a Macau muitas oportunidades de desenvolvimento, e o Governo da RAEM não deve deixar o Governo Central desiludido, e tem de agir em articulação com as políticas estatais e promover a diversificação económica, para trabalhar em prol dos residentes de Macau e contribuir mais para o País.

O apoio para Macau ser um centro mundial de turismo e lazer, formulado no 13.º Plano Quinquenal, os “Pareceres Orientadores sobre o Aprofundamento da Cooperação da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas”, promulgados pelo Conselho de Estado, até à iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, a Grande Baía e a concessão dos 85 km² de águas territoriais, demonstram plenamente o apoio e suporte do País. A participação na cooperação regional tem um significado importante para Macau, pois haverá mais espaço e oportunidades de desenvolvimento. Esta matéria tem merecido grandes expectativas da sociedade. É verdade que o Governo fez muito nesta área, mas, como a cooperação regional envolve muitos aspectos, as respectivas atribuições estão dispersas em serviços públicos de diferentes áreas e não há uma unidade específica para lidar com isto. Nos últimos anos, o Governo tem reiterado nas Linhas de Acção Governativa o reforço da cooperação regional. Apesar dos numerosos projectos e propostas, são poucos os que têm efectivamente seguimento e resultado. Por exemplo, a construção da Nova Zona de Hengqin é uma das prioridades do Governo, mas até agora é muito lento o andamento da cooperação regional através da participação de Macau na construção da mesma, que visa promover a diversificação económica adequada da RAEM. Se esta situação continuar, Macau ficará marginalizada na cooperação regional.

Quanto à questão da implementação efectiva das medidas favoráveis a Macau, apresentadas pelo Governo Central, as autoridades devem ponderar a integração das funções da cooperação regional, espalhadas por diversos serviços públicos, num só serviço público especializado, incumbido dos assuntos relacionados com essa cooperação. Assim, este pode dedicar-se aos trabalhos de integração, coordenação e comando, para as políticas serem efectivamente implementadas, e promover, aprofundando, gradualmente, a cooperação Guangdong-Macau, a cooperação regional do Pan-Delta do Rio das Pérolas, e a de Macau com os países de língua portuguesa e a Associação de Nações do Sudeste Asiático

(ASEAN). Macau deve focalizar-se nas áreas em que possui vantagens e integrar-se na cooperação regional através da complementaridade das mesmas, para aumentar o espaço da cooperação e aprofundá-la, e conseguir mais frutos substanciais, via promoção da diversificação adequada do desenvolvimento económico, em articulação com o seu posicionamento como centro de turismo e lazer ao nível mundial.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 23.10.2017

Há dias, o Instituto de Habitação (IH) divulgou o Relatório final do estudo sobre a procura de habitação pública, mas só recorreram ao rendimento dos agregados e ao facto de se estes terem imóveis como factores para avaliar a procura, o que significa que só aqueles cujos rendimentos não ultrapassem o limite previsto e que não tenham imóveis é que têm essa necessidade. Com base nisso, chegou-se à conclusão de que a oferta de habitação pública seria maior do que a procura em 2026, sugerindo-se que, no projecto de habitação pública na Zona A dos novos aterros, fosse apenas construída metade das fracções definidas, sem construir as restantes. O resultado do estudo não corresponde às necessidades da sociedade e preocupa os cidadãos, porque não se sabe o tempo que vai demorar para se ter uma casa, se o Governo seguir essa sugestão.

No concurso público para a habitação económica de várias tipologias, de Dezembro de 2013, mais de 40 mil candidatos concorreram para apenas mil e tal fracções, o que mostra as necessidades urgentes dos cidadãos. Durante 4 anos após aquele concurso, o Governo nunca mais abriu um novo e, mesmo tendo havido algumas ofertas de habitação económica, só visaram pagar as dívidas antigas de 2013 ou antes. Apesar da procura de mais de 30 mil candidatos que não conseguiram uma fracção no concurso de 2013 e da nova procura dos últimos 4 anos, no Relatório só se prevê uma procura de 16 mil habitações económicas, o que é fugir à realidade. De facto, os cidadãos continuam a enfrentar grande dificuldade quanto à habitação, e as rendas e o preço dos imóveis mantêm-se elevados. Quanto à habitação social, o Governo prometeu que ia abrir novo concurso este ano, mas as fracções disponíveis e as que estão em manutenção e reparação são apenas 1200, assim, há que aguardar ainda a conclusão de outros projectos para satisfazer mais necessidades. Quanto à habitação económica, voltamos à situação de zero oferta, pois, vários projectos que o Governo prometeu não vão conseguir ter início ou conclusão a curto prazo, e os cidadãos só podem ficar sem saber quando vão ter um lar.

A concretização do mecanismo de candidatura permanente a habitação económica e social e do sistema de pontuação e ordenação pode contribuir para dominar as necessidades reais. Mas, ao longo dos anos, o Governo não deu uma resposta directa às solicitações da população, que aguarda há muitos anos sem ver um avanço. Na semana passada, o Conselho Executivo concluiu a discussão da proposta do “Regime Jurídico da Habitação Social”, que propõe a candidatura permanente à habitação social. Acredita-se que, após a implementação da referida lei, o Governo tenha condições para dominar as necessidades na habitação social. Sugere-se ao Governo que proceda, quanto antes, à revisão do Regime Jurídico da Habitação Económica e melhore os sistemas de candidatura, pontuação e ordenação, para as famílias que ainda não conseguiram uma casa poderem continuar na fila de espera. Isto pode deixar seguros os candidatos, reduzir os transtornos causados à população devido à necessidade de apresentar

candidatura muitas vezes e diminuir as tarefas administrativas.

Se quiser resolver o problema de habitação da população, o Governo tem de ter planos e objectivos claros para garantir uma oferta estável e contínua de habitação. Exorto mais uma vez o Governo a acompanhar e promover, activamente, os planos de habitação pública a curto, médio e longo prazo, já apresentados, e a lançar medidas concretas para aumentar a respectiva oferta, para reduzir as necessidades da população devido à sua ansiedade. Mais, o Governo deve seguir a promessa das 19 mil habitações públicas, definir, expressamente, os planos de oferta de habitação pública nos próximos 5 a 10 anos e as respectivas datas de concretização, para a população ficar a par disso, e os serviços públicos terem um objectivo a seguir, tudo isto em prol do bem-estar dos residentes.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 23.10.2017

Passaram-se já 2 meses após a catástrofe de “23.08”, mas muitos residentes ainda se lembram das cenas catastróficas. A catástrofe revelou as deficiências do mecanismo de previsão, alerta e resposta a tufões, e as debilidades da protecção civil e das infra-estruturas urbanísticas. Um dos aspectos que causou a insatisfação da sociedade foi a de nenhum governante ter sido responsabilizado, pois o ex-director dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (SMG) de Macau, Fong Soi Kun, foi alvo de críticas, mas ainda não foi sancionado.

O CCAC divulgou, na semana passada, o Relatório de investigação sobre os procedimentos da previsão de tufões e a gestão interna da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (SMG), no qual aponta claramente a necessidade urgente de aperfeiçoamento dos procedimentos internos e das instruções de previsão de tufões, bem como de melhoramento da gestão de recursos humanos, equipamentos e instalações; e ainda a consideração de a direcção dos SMG assumir as principais responsabilidades, às quais não se pode esquivar, quanto ao aperfeiçoamento dos procedimentos de previsão de tufões e ao melhoramento da sua gestão interna. O relatório comprovou ainda que havia falta de critérios objectivos e claros na tomada de decisões relativas ao içar de um determinado sinal de tufão por parte dos SMG e dos dirigentes, visto que dependiam dos juízos e decisões pessoais.

A sociedade quer um regime perfeito de responsabilização dos governantes. O relatório apontou ainda que não foi detectada qualquer violação das disposições legais ou procedimentos legalmente estabelecidos por parte dos SMG em relação às previsões dos tufões “Nida” e “Hato”. Mas a não emissão atempada de informações de alerta à sociedade pelos SMG, antes da passagem do tufão “Hato”, é uma das razões para os prejuízos avultados, na perda de vidas humanas e em danos patrimoniais. A sociedade entende que a passividade dos governantes, ao causar danos sociais avultados, deve ser alvo de responsabilização.

Assim, as autoridades devem, tendo em conta o relatório, aperfeiçoar quanto antes os procedimentos de previsão de tufões e a gestão interna daqueles serviços, e ainda o mais importante: aperfeiçoar o regime de responsabilização dos governantes, com vista a sancionar os que têm um desempenho medíocre, que nunca fazem nada e levam a um mau desempenho dos serviços públicos, devendo estes assumir a responsabilidade pelos serviços sob sua tutela, para toda a equipa de funcionários públicos poder sentir que há lugar à regulação dos dirigentes, e só assim é que se conseguirá reaver a confiança dos residentes.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 23.10.2017

“Promover a prosperidade através da educação e construir Macau através da formação de talentos” tem sido uma das linhas orientadoras da governação da RAEM. Desde o estabelecimento da RAEM, os recursos investidos na educação não param de aumentar, criando assim boas condições para o seu desenvolvimento. Segundo os resultados do PISA, programa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Macau conseguiu notas satisfatórias em leitura, ciências e matemática, a par de ter a reputação de “igualdade na educação”, isto é, na nossa cidade as condições políticas e económicas não provocam impacto para as crianças ao nível do acesso à educação.

No ano passado, o Chefe do Executivo referiu que a educação era o alicerce da competitividade da sociedade em geral e que, nos próximos anos, os recursos investidos na educação iam continuar a aumentar, tal como o peso das despesas educativas, no total das despesas do Governo. A meu ver, é necessário criar, com base em dados científicos, mecanismos contínuos e regulares para atribuir recursos à educação, pois o ajustamento significativo do seu valor não pode estar dependente de factores como o desenvolvimento socioeconómico ou o julgamento individual, sob pena de causar instabilidade na estrutura fundamental da educação.

A economia de Macau sofreu um ajustamento profundo durante 20 meses, havendo uma redução nas receitas fiscais, e muitos serviços públicos aplicaram contenção de despesas e, assim, no ano lectivo de 2016/2017, a DSEJ aumentou os investimentos em recursos para o ensino não superior apenas em 0,5 a 0,7 por cento, aumento que não conseguiu dar resposta ao ajustamento salarial indispensável resultante da promoção anual dos docentes, quanto mais às expectativas de aumentos salariais para estes; a par disso, os salários dos docentes das escolas públicas chegaram a ser aumentados devido ao ajustamento salarial dos funcionários públicos, o que só veio alargar a diferença salarial entre os docentes das escolas públicas e os das escolas privadas, não contribuindo para elevar o moral da equipa docente de Macau e, ao mesmo tempo, afectando a sua estabilidade.

Na minha opinião, o Governo deve criar, de forma científica, um regime de investimentos nos recursos educativos que se adapte à realidade social, definindo a proporção anual dos referidos investimentos e o respectivo aumento anual, para permitir aos serviços de educação definir políticas educativas efectivas, com base em dados sistemáticos, sem afectar os recursos educativos devido ao ajustamento da economia, criando assim um ambiente educativo estável, e elevando a qualidade do ensino e a credibilidade da sociedade, pois a oferta de ensino com qualidade só vai deixar as pessoas seguras e satisfeitas.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 23.10.2017

A inoperância e a baixa eficácia administrativa são problemas de longa data do Governo e isso não só prejudica o desenvolvimento económico e social como também afecta a credibilidade do próprio Governo perante a população e, a longo prazo, poderá afectar o poder de governação, assim como será difícil atingir o objectivo de uma boa governação. Pelo exposto, como é que o Governo vai melhorar o sistema e a capacidade de governação? Como é que o Governo vai diminuir a insatisfação da população devido às suas políticas? São questões prementes que o Governo tem de resolver.

As leis, os regulamentos e as políticas demoram a ser aplicados, os atrasos e as derrapagens orçamentais nas grandes obras públicas estão sempre a acontecer em Macau, e a sociedade já acha normal todos estes problemas. Recentemente, os problemas que aconteceram devido à passagem do tufão “Hato” demonstram os meios burocráticos utilizados pelos nossos dirigentes e os atrasos nas suas decisões. A população está muito descontente e revoltada com a resposta às situações de emergência, e duvida da capacidade dos nossos dirigentes, e alguns residentes são de opinião que se lhes deve exigir responsabilidades.

A racionalização de quadros e simplificação administrativa é uma das reformas importantes que o Governo quer implementar, para melhorar os serviços prestados na administração pública, e elevar a eficácia e a força governativa. Mas é devido a uma baixa eficácia administrativa que os procedimentos administrativos são complexos, há falta de coordenação na administração pública, temos uma estrutura administrativa complexa, responsabilidades e deveres dúbios entre dirigentes e sobreposição de competências, entre outros problemas. Contudo, o mais importante são os métodos de trabalho de alguns dirigentes, nomeadamente, trabalham devagar ou não trabalham, levando tudo isso a uma baixa eficácia administrativa.

As omissões dos governantes constituem doenças crónicas nos serviços públicos, sendo maus hábitos difíceis de mudar, e isto não só afecta a imagem e a credibilidade do Governo, como também aumenta as contradições e insatisfações entre a população e o Governo. Segundo o Relatório de Actividades do CCAC de 2012, na análise dos casos de impugnação administrativa verificou-se que uma parte deles não tem a ver com problemas técnicos ou de execução, mas, sim, com os órgãos decisores de políticas, e a principal razão é porque “são frequentes as omissões de actuação e os atrasos na decisão”, e salienta-se: “quando comparados com uma actuação arbitrária, o atraso ou a omissão na actuação provocam danos de maior gravidade, sendo os seus impactos mais profundos”. Recentemente, o CCAC publicou o “Relatório de investigação sobre os procedimentos da previsão de tufões e a gestão interna dos SMG”, segundo o

qual, a previsão de tufões e a tomada de decisões relativa ao içar dos sinais de tufão dependiam do juízo e da decisão pessoal do ex-director dos SMG, não tendo em consideração os procedimentos internos e as instruções no âmbito da previsão de tufões. Esta actuação burocrática não só afecta com gravidade o interesse público, como também a motivação dos funcionários públicos que mais trabalham.

A meu ver, para elevar a eficiência e a execução das acções governativas e assegurar uma boa governação, o essencial depende do pessoal de direcção. Segundo o “Plano Quinquenal de Desenvolvimento”, há que aperfeiçoar o regime de apreciação do desempenho do pessoal de direcção e fortalecer o regime de responsabilização deste pessoal. Por um lado, há que reforçar a consciência dos governantes no âmbito da responsabilização, da eficiência e dos serviços, estimular o seu sentido de assunção e o seu espírito empreendedor e criativo, e elogiar os competentes; e, por outro, há que reforçar a fiscalização e efectivação de responsabilidades por omissões e morosidade nas acções governativas dos governantes.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 23.10.2017

Em Dezembro de 2015, expirou o prazo de 25 anos da concessão provisória do terreno onde se encontra o “Pearl Horizon”, e a sua caducidade foi declarada em Janeiro de 2016, o que levou a que mais de três mil proprietários perdessem a sua casa num instante, sofrendo enormes prejuízos psicológicos e económicos. Mais tarde, vários terrenos foram recuperados pelo Governo por ter expirado o prazo da sua concessão, incluindo 65 terrenos cujo desaproveitamento não é imputável aos concessionários e 48 em que é imputável aos concessionários.

Os direitos e interesses legítimos de mais de três mil proprietários é um dos temas a que tenho prestado mais atenção nos últimos dois anos. Os problemas resultantes da nova Lei de terras começaram na passada legislatura e persistem até ao momento. No hemiciclo e noutras ocasiões públicas, e perante os média, cheguei a afirmar, dezenas de vezes, a minha pretensão de o Governo agir no sentido de devolver a casa aos proprietários do “Pearl Horizon”. No dia 9 de Junho deste ano, apresentei, com o então deputado Leonel Alves, o projecto de lei de alteração à Lei de terras. Mais, no início de Julho do mesmo ano, nove deputados apresentaram ao Governo, em conjunto, as respectivas soluções concretas. Em Agosto, até houve 20 deputados que assinaram para exigir ao Governo o lançamento, quanto antes, de soluções para o caso do “Pearl Horizon”. Na segunda metade de Agosto, ajudei os proprietários a solicitar ao Grupo Polytex que pagasse uma quantia de adiantamento sobre as prestações, para resolver as suas necessidades iminentes. No dia 17 de Setembro, até houve uma equipa, a “União dos Promitentes-Compradores do ‘Pearl Horizon’ para Defesa dos Direitos”, que se candidatou às eleições desta Assembleia, conseguindo quase 2400 votos. É de notar que não se pode subestimar o impacto social dos problemas de terrenos, como o do “Pearl Horizon”.

A razão fundamental que levou ao surgimento de problemas, mesmo não imputáveis ao concessionário, relacionados com o “Pearl Horizon”, e com 65 lotes e escrituras em “papel de seda” de propriedades em Coloane, é a existência de lacunas na Lei de terras. No passado dia 19 de Outubro, saiu uma decisão judicial sobre o caso do “Pearl Horizon”. Na decisão, o TSI considera que a caducidade depende de facto objectivo, o decurso do prazo, sendo irrelevante qualquer circunstância, incluindo a existência, ou não, de culpa do concessionário. Iguamente, num acórdão do TUI sobre o processo relacionado com a “STDM”, esta não tem culpa, mas, mesmo assim, de acordo com a nova Lei de terras, é possível declarar a caducidade da concessão. Por isso, os problemas relacionados com o “Pearl Horizon” só se resolvem mediante alteração da Lei de terras, para transformá-la numa boa lei. De facto, na última legislatura, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões já tinha prestado atenção ao assunto, e os detalhes constam da página 18 do Parecer datado de 15 de Agosto de 2016 dessa Comissão (...[a] Comissão sabe que na

Lei de Terras está expressamente estabelecido um prazo de arrendamento, durante o qual, se o terreno não for aproveitado pelo concessionário, o Governo terá, obrigatoriamente, de declarar a caducidade da respectiva concessão. Porém, no caso em apreço, o terreno não foi aproveitado nem desenvolvido dentro do prazo, porque o Governo tinha ficado com ele por empréstimo. Nesta sequência, a Comissão espera que o Governo se empenhe na resolução do problema. De facto, apenas com fundadas razões é que o Governo pode determinar a reversão de terrenos, não devendo alegar o termo do prazo da concessão por arrendamento como único motivo para tal, descurando as circunstâncias especiais que motivaram a falta de aproveitamento do terreno, caso contrário, isto apenas irá prejudicar a imagem do Governo). Ao mesmo tempo, o Governo expressou à Assembleia Legislativa a atitude de que será bem-vinda qualquer alteração da referida lei, e os respectivos detalhes constam da página 17 do Parecer datado de 13 de Agosto de 2015 da referida Comissão (...[a]ntes da nova Lei de terras entrar em vigor, o tratamento dos casos era mais flexível. Apesar de a lei antiga também não permitir a renovação das concessões provisórias, o terreno podia ser novamente concedido ao mesmo concessionário, de forma indirecta.[...] O Governo está a estudar os problemas resultantes do artigo 48.º da Lei de terras, salienta que está disposto a comunicar e a trocar opiniões com a Assembleia Legislativa, e que será bem-vinda a iniciativa de apresentação do projecto de lei referido pelo deputado, para efeitos de revisão da lei em causa). No final, os proprietários do “Pearl Horizon” pediram-me para retransmitir que esperam que o Governo divulgue, o mais rápido possível, a solução, ajudando-os a ocupar o mais cedo possível a sua fracção.

Já se passaram 5 anos desde o caso dos danos nos pilares do “Sin Fong Garden”. Com os esforços e a colaboração do Governo e as associações, os proprietários conseguiram uma fracção temporária para viver, mas, como o respectivo processo está em fase de recolha de provas, e a reconstrução ainda não pode acontecer, muitos proprietários que continuam sem poder regressar à sua casa estão com incómodos, quer na vida, quer no trabalho e estudos. Volto a instar ao Governo que assuma as suas responsabilidades e acelere a concretização da sua promessa, de forma activa, para atingir a meta governativa de “construir um bom lar em conjunto” e resolver os problemas habitacionais dos residentes.

IAOD da Deputada Chan Hong em 23.10.2017

Há que melhorar as diversas medidas e reforçar a capacidade de resposta a desastres urbanos

Macau foi gravemente danificada pela passagem do tufão Hato, que provocou grandes prejuízos patrimoniais, causando mortos e feridos. Desastres naturais são impiedosos, mas há amor em Macau. Nesta catástrofe, os cidadãos de Macau correram os mesmos riscos em conjunto e avançaram de mãos dadas, salvaguardando a ajuda mútua e, em particular, muitos jovens tomaram parte nos trabalhos como voluntários, o que reflecte o espírito de dedicação desinteressada e a vontade de ajuda dos cidadãos. Graças ao pessoal da linha de frente, que trabalhou dias e noites, à ajuda oportuna do Exército chinês e aos esforços conjuntos de todos, a sociedade conseguiu a sua recuperação ordenada.

O Governo convidou uma equipa de especialistas chineses para proceder a estudos em Macau, avaliando e melhorando o plano geral de resposta a grandes catástrofes. Prevê-se a conclusão, até 2018, do planeamento a médio e longo prazo da prevenção e redução de desastres. Mas os desastres naturais são imprevisíveis. O Governo deve acelerar a concretização deste plano, reforçando a coordenação em prol da realização, por diversos serviços públicos, de trabalhos de salvamento durante e pós-desastres, coordenando, efectivamente, as associações civis para tomarem parte nestes trabalhos, maximizando assim a força social.

Registaram-se deficiências quanto à divulgação de informações sobre desastres. As respectivas orientações e o alerta divulgados pelo Governo, por televisão, careceram de legendas e linguagem gestual, apenas com som e imagem. A linha azul foi a única forma de contacto, o que demonstra que não se tomou em consideração as necessidades dos deficientes. Muitos destes não conseguiram ter acesso às informações, nem saber, oportunamente, a situação meteorológica mais recente nem os planos de salvamento do Governo. No futuro, para dar resposta às necessidades dos deficientes, incluindo cegos e surdos, e otimizar o ambiente sem obstáculos, o Governo deve aditar legendas e linguagem gestual às informações divulgadas, e nos contactos de emergência é necessário incluir o envio de SMS e vídeo.

Esta catástrofe expôs as insuficiências de Macau em vários aspectos. Segundo o CCAC, no Relatório de investigação sobre os procedimentos da previsão de tufões da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos¹, o Governo deve: rever e aperfeiçoar os mecanismos de previsão do tempo, de gestão do observatório e de resposta a emergências, elaborar medidas mais concretas e viáveis de resposta a emergências em matéria de protecção civil,

¹ Relatório de investigação sobre os procedimentos da previsão de tufões da Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, publicado pelo CCAC, 19 de Outubro de 2017

tendo em conta os momentos antes, durante e pós-catástrofe, para um bom planeamento geral sobre as futuras medidas. Mais, deve ainda reforçar a construção das infra-estruturas urbanas; definir, quanto antes, planos para resolver as inundações nas zonas baixas, como o Porto Interior; otimizar as redes de tubagens subterrâneas para aumentar a capacidade de eliminação de cheias; efectuar estudos sobre o aumento da resistência a catástrofes dos edifícios; rever as exigências de construção e os critérios de resistência dos parques subterrâneos, bem como os relativos aos vidros nos prédios altos; e elevar os critérios de concepção dos elevadores e de abastecimento urgente de água e electricidade dos prédios, para aumentar a respectiva resistência a catástrofes. Quanto à consciência dos cidadãos acerca da prevenção de catástrofes, é preciso o Governo reforçar a divulgação e a sensibilização, e as medidas de resposta, aumentando a referida consciência, para diminuir os prejuízos resultantes das catástrofes naturais.

A prevenção e o tratamento das catástrofes naturais é uma obra sistemática, incluindo alertas meteorológicos, infra-estruturas urbanas, transporte, serviço público, divulgação e sensibilização, entre outros. O Governo tem de aperfeiçoar a respectiva construção e criar regimes para todas as vertentes. Os cidadãos também devem reforçar a sua consciência de prevenção de catástrofes. Só com a união das forças do Governo e dos cidadãos é que se consegue melhor proteger a nossa terra.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 23.10.2017

Espero que os jovens depositem novamente, em si próprios e em Macau, confiança e expectativas

Boa tarde, senhoras e senhores de Macau. Esta é a minha 1.^a intervenção Antes da Ordem do Dia na AL. Primeiro, gostaria de agradecer os votos dos 9213 eleitores e, graças ao vosso apoio à Associação de Novo Macau, consegui um assento na AL, sem ajuda de grandes consórcios ou associações civis. No momento de ser eleito, senti-me como se estivesse a andar sobre gelo fino, e agora parece que estou sentado em cima de um tapete com picos. Quanto a esta missão, não há horário de serviço. É difícil sentarmo-nos nesta cadeira, muito pesada e desconfortável, mas representa a esperança de sobrevivência. Nela não sou apenas eu, mas também um grupo de cidadãos que não desistiram no passado mês de Setembro. Vou envidar todos os esforços para aproveitar a plataforma deste hemiciclo, com vista a impulsionar, conjuntamente, o progresso inerente à sociedade civil.

Nasci na década de noventa e, em criança, nunca pensei em dedicar a vida à política. Graças à minha vontade de defender a justiça, às oportunidades e à existência de um mentor, pouco a pouco consegui chegar aqui. Quanto à participação social no passado, tomei sempre a iniciativa de falar, quando os outros jovens não o fizeram por estarem restringidos pelas regras ocultas. Perante a injustiça, tomei sempre a iniciativa de entrar em acção, quando os outros jovens não se atreveram a agir. Sou Ka Hou não é mesmo um grão de poeira numa longa história. Mas desejo, com sinceridade, que isto contribua para impulsionar mais jovens a depositarem novamente, em si próprios e em Macau, confiança e expectativas. Creio que por minha causa a sociedade vai mudar e, mesmo que sejam mudanças ligeiras, não haverá nada para lamentar.

Nestes últimos anos, senti a intranquilidade e a inquietação dos jovens de Macau. Por detrás da prosperidade económica estão os jovens vulneráveis – os jovens devem ser a força motriz do desenvolvimento socioeconómico, mas, quando a estrutura populacional está desequilibrada, a proporção da população idosa e as respectivas despesas com cuidados de saúde e protecção na aposentação são cada vez maiores, e a vontade dos jovens de constituir família e ter filhos é diminuída devido aos regimes políticos e sociais, a sociedade vai encarar uma pirâmide populacional invertida e vamo-nos transformar no grupo mais vulnerável da sociedade. Os jovens que certamente passaram cerca de 10 a 15 anos até concluírem o curso universitário e ingressarem na sociedade, que adquiriram certa experiência e capacidade financeira, e estabeleceram redes de contactos sociais, constituem, actualmente, um novo modelo de grupo vulnerável em diversos locais do mundo.

Em Macau, parece que a sociedade reconhece, por unanimidade, que os estudantes, os indivíduos com baixos rendimentos, os portadores de deficiência e os idosos são os grupos que devem usufruir de cuidados, apoio e protecção, o que é natural. Se há usufruidores de cuidados, é necessário haver prestadores, assim, os jovens e os adultos que sustentam a indústria económica têm de assumir a grande responsabilidade de cuidar dos idosos e das crianças. Entretanto, quem vai cuidar dos jovens que estão no meio deles? A sociedade quer que tenhamos bons conhecimentos e energia, portanto, devemos ser o grupo que presta sucessivos contributos, mas as oportunidades que a sociedade dá aos jovens estão muito aquém das nossas expectativas, constituindo assim um grande desajustamento.

Nos últimos anos, constatei que alguns jovens não podem casar por não terem dinheiro para comprar casa, alguns vêem a sua capacidade desperdiçada e são marginalizados, e alguns ficam encurralados num sector e não têm possibilidade de mobilidade vertical. Porém, quando nos atrevemos a combater a injustiça social, ficamos estigmatizados como “jovens apáticos”, “jovens queixosos”, sempre de mão estendida. O Governo subestima os problemas dos jovens, mais, há desconfiança em relação aos jovens, decorrente da fossilização da tradição patriarcal, em resultado, a sociedade e o Governo sufocam não só a juventude actual, como também a próxima geração dos futuros 20 a 30 anos. São estas ansiedades e inquietudes que sinto latentes na nossa sociedade.

Quando a habitação e o emprego são difíceis, é natural que os jovens fiquem desunidos. Eles trabalham e poupam dinheiro para sair e emigrar. Assim, como é que Macau pode ter sustentabilidade no desenvolvimento? Com as rendas “predadoras” e um regime profissional deficiente, a sociedade está a arrancar o sentimento de pertença dos jovens. Aqui, ou os jovens se deixam obedientemente engolir ou, desamparados, são expulsos. Os jovens que amam esta terra e querem viver até morrer nesta cidade são rotulados como tendo visão curta e medo de sair para a Grande Baía, Uma Faixa e Uma Rota, e para os países lusófonos.

Se a ansiedade que está a surgir nos jovens não for tida em conta, pode-se já prever a inquietação social nas próximas décadas. Na mensagem para os jovens para assinalar o Movimento de 4 de Maio, o Chefe do Executivo afirmou que não deve ser apenas um lema que “o mar vasto permite que os peixes nadem e o imenso céu, que os pássaros voem”. O Governo deve ter abertura para aceitar as vozes críticas, inoportunas e próprias dos jovens, e acolher em qualquer momento os desafios deles, pois não têm muitas exigências e apenas pretendem que o Governo se esforce por lhes proporcionar o terreno e o espaço sustentáveis para o seu desenvolvimento.

Mesmo inexperientes, os jovens possuem flexibilidade e estão virados para o crescimento, e a elevação do nível. O nosso dinamismo permite-nos dizer a

verdade de forma despreocupada e estar empenhados ao máximo. Com base nestas qualidades, julgo que as nossas acções devem conseguir a aceitação e a confiança dos mais velhos. Assim, através do diálogo intergeracional e da compreensão, procura-se inverter a situação desvantajosa dos mais jovens, e quebrar os preconceitos e a depreciação a que estão sujeitos. Assim, quando a sociedade confiar mais nos jovens, os peixes que nadam irão nadar, e os pássaros que voam também irão voar.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 23.10.2017

Dúvidas acerca do “Relatório final do estudo sobre a procura de habitação pública”

Graves deficiências nas projecções, o que levou a subestimar a procura de habitação económica, induzindo o público em erro

O Governo divulgou o “Relatório final do estudo sobre a procura de habitação pública”, que suscitou dúvidas do público, pois o relatório subestimou de forma evidente a procura de habitação económica. Muitos residentes de Macau transmitiram as suas opiniões aos deputados da Assembleia Legislativa, afirmando que estão com dúvidas porque o Governo e a entidade de investigação não trataram das informações relacionadas com mais de 40 mil agregados que se registaram na candidatura de 2013 e não conseguiram habitações. Depois da última candidatura, continuou a haver mais procura, por isso, o atrevimento de dizer que daqui a dez anos a oferta de mais de 40 mil habitações sociais e económicas vai levar ao aparecimento de excesso de oferta em relação à procura é inacreditável! Eu analisei, concretamente, o modelo de projecção do referido relatório. O modelo apresenta, de facto, grandes deficiências.

O “Relatório final do estudo sobre a procura de habitação pública” não só deixou de tratar das informações relacionadas com mais de 40 mil agregados que se registaram na candidatura de 2013 e não conseguiram, no final, habitações, mas também o modelo de projecção da procura não contabilizou, sistematicamente, os “agregados que não têm propriedades e que satisfazem os limites de rendimentos”. Em termos objectivos, o modelo de projecção da procura é tão abstracto que é difícil de compreender para o público e, além disso, procedeu-se ao corte, intencional, de uma das fontes principais da procura, o que levou a subestimar gravemente a quantidade da procura de habitações económicas.

De facto, no meio dos candidatos ou potenciais candidatos a habitação económica, há uma parte cujos familiares não possuem nenhum imóvel, sendo apenas arrendatários. Também há outra parte que tem familiares com imóveis e que se depara com a necessidade de comprar uma casa para constituir família. Antes do retorno da soberania, a economia não era tão próspera, mas muitos esforçaram-se por adquirir uma habitação, comprando um pequeno apartamento para toda a família. Os filhos cresceram e têm agora a necessidade de constituir família, mas o Governo não construiu habitações públicas durante dez anos. Assim, os preços dos imóveis dispararam, tendo-se acumulado um número elevado de residentes com necessidade de constituir família, mas que não conseguem comprar os apartamentos de luxo do mercado privado, necessitando de habitação económica. A sistematização da procura de habitação económica, restringindo-a apenas a candidatos que satisfazem o requisito de rendimento

definido para essas habitações e que não possuem imóvel, é considerada uma falha grave e completamente desligada da realidade.

É necessário que a política habitacional seja realista e proporcione um número razoável de habitações económicas e sociais. Deve haver um mecanismo que separe as fracções para investimento das de habitação, satisfazendo as necessidades das famílias com diferentes capacidades económicas. Considerando os actuais recursos de solos da RAEM e o sistema com base na pontuação dos candidatos, os terrenos recuperados por desaproveitamento devem ser para habitações económicas e sociais, juntando-os ao destinado a 28 mil fracções de habitação pública na Zona A dos novos aterros. Os outros terrenos dos novos aterros devem ser desenvolvidos para a construção de fracções de arrendamento que possam ser compradas, e para habitações transitórias, residências para idosos, e diferentes fracções de novas tipologias. Mais, o conceito de “terra de Macau para as gentes de Macau” deve ser aplicado em toda a zona dos novos aterros, com a separação das fracções para investimento das de habitação. Assim, as famílias locais que tiverem melhorado a sua capacidade económica devem poder melhorar também as condições de habitação.

IAOD do Deputado Au Kam San em 20.10.2017

Actualização atempada da pensão para idosos e índice mínimo de subsistência

Os vencimentos dos funcionários são actualizados anualmente por causa da inflação, entre outros factores económicos, com vista a ajudar os funcionários a manter a qualidade adequada de vida. Isto é compreensível. Porém, há um outro grupo que mantém a sua vida graças ao erário público e que parece ignorado.

A maior parte dos indivíduos com idade superior a 65 anos sobrevive à custa da pensão para idosos do Fundo de Segurança Social (FSS). Actualmente, o valor mensal da referida pensão é de 3 mil 450 patacas apenas, não atingindo o valor do índice mínimo de subsistência. Em bom rigor, não é possível, nesta cidade, sobreviver apenas com esta pensão. Por isso, nós defendemos, no mínimo, a indexação da pensão ao índice, mas os serviços competentes responderam que a referida pensão é um dos vários sustentos, por isso recusaram esta indexação. Este tema merece discussões na sociedade, mas antes de chegar a uma conclusão, a referida pensão, que não é suficiente para a sobrevivência, deve ser actualizada tendo em conta o índice de preços no consumidor (IPC).

As famílias que recebem apoio económico constituem outro grupo vulnerável. Estas famílias ganham pouco ou não têm rendimentos e sobrevivem à custa do apoio económico do Instituto de Acção Social (IAS). O montante do apoio económico para as famílias é fixado pelos serviços públicos tendo em conta o índice mínimo de subsistência. Se o índice não for actualizado atempadamente, os beneficiários do respectivo apoio não vão conseguir sobreviver e, em consequência, o apoio vai perder o seu significado.

Porém, o actual valor do risco social, de 4 mil e 50 patacas para agregado familiar com uma só pessoa, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2016, e não foi actualizado durante os últimos 22 meses. A pensão para idosos atribuída mensalmente pelo FSS, de 3 mil 450 patacas, também não é actualizada há 16 meses, desde 1 de Julho de 2016. O Governo não explicou por que razão esses dois montantes não foram actualizados, nem assumiu o compromisso de os actualizar. Até parece que o Governo não se preocupa com aqueles que recebem esses montantes. A não actualização da pensão para idosos contraria a política do Governo de respeito e consideração por eles, e também o disposto no artigo 38.º da Lei Básica, de que os idosos e os deficientes gozam do amparo e protecção do Governo da RAEM. Por isso, não surpreende que alguns brinquem, afirmando que os governantes só se lembram de actualizar os salários na Função Pública, esquecendo-se dos grupos vulneráveis que dependem da pensão para idosos e de apoios financeiros para subsistência.

Apelo ao Governo para actualizar o valor do risco social e a pensão para idosos, e espero que esse reajustamento consiga colmatar a diferença resultante do facto de os respectivos valores não serem actualizados há muito tempo, para a qualidade de vida dos beneficiários não ser afectada por isso.

高天賜 議員辦事處
GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

INTERVENÇÃO ANTES ORDEM DO DIA

Inicia-se hoje, o primeiro Plenário da sexta legislatura da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a caminho de brevemente completar os seus 18 anos de existência.

Os resultados eleitorais de 17 de Setembro do corrente ano e ditaram os Cidadãos que fosse alterado uma parte da fisionomia deste hemiciclo há muito habituado às mesmas "caras" e mesmos discursos.

O Senhor Chefe do Executivo "foi mais longe" e entendeu mudar seis dos sete Deputados nomeados. Contudo, na sociedade, esta decisão foi muito controversa porque muitos Cidadãos continuam a não saber porque decidiu manter um e mudar os outros Deputados nomeados e quais foram os critérios que decidiram a escolha dos novos Deputados nomeados.

Paira no ar a sensação de que a sociedade macaense é de facto cada vez mais hierarquizada em função do seu estatuto social e com isso se pode ter dividendos políticos, porque os económicos e comerciais estão à vista de todos bastando ver os resultados dos concursos públicos das empreitadas e grandes construções públicas.

Por isso, espera-se que um dia, não muito tarde, e em momento próprio, possa o Senhor Chefe do Executivo explicar as razões das escolhas para satisfazer a curiosidade da maioria dos Cidadãos, principalmente os jovens que são os futuros "motores" da sociedade que aspirem um dia serem escolhidos como Deputados nomeados enquanto a Lei Básica assim permitir este tipo de escolhas arbitrárias. Neste momento, aos Cidadãos restam esperar que todos os Deputados quer sejam eleitos por via directa, indirecta e os nomeados cumprem rigorosamente a mini-constituição designadamente a mais importante obrigação constitucional de apresentar projectos de leis nos termos do artigo 75º. da Lei Básica.

Também considerada uma das mais importantes responsabilidades dos Deputados tem a ver com a fiscalização da acção governativa nos termos do artigo 76º. da Lei Básica sem descurar ou pretender ignorar a importante responsabilidade de convocar e solicitar pessoas relacionadas para testemunhar e apresentar provas sempre que necessário, no exercício dos poderes a que compete a este hemiciclo nos termos do artigo 71º. alíneas 5) e 8) desta para-constituição como por exemplo saber o que aconteceu com o Tufão Hato que ceifou as vidas de 10 cidadãos que não podem ser esquecidas com mero pagamento de 300 mil patacas a cada vítima mortal. Há que apurar responsabilidades de toda a natureza incluindo as responsabilidades políticas.

高天賜 議員辦事處

GABINETE DO DEPUTADO JOSÉ PEREIRA COUTINHO

Este assunto não pode nem deve ficar encerrado simplesmente com medidas pecuniárias.

Durante mais de década e meia que sabemos que este hemiciclo sempre foi pouco produtivo em matéria de iniciativa legislativa e muito opaco na apreciação em especialidade dos diplomas em sede das Comissões bem como praticamente se demitiu da responsabilidade de cumprir rigorosamente a relevante norma constante na alínea 8) do artigo 71º. da Lei Básica.

Será que o cumprimento rigoroso da Lei Básica pode continuar a ser tratado por esta Assembleia como um "Menu" ou "A la Carte" do freguês que tem o direito de escolher o cumprimento e a aplicação das normas da nossa mini-constituição?

Ou seja quando lhes convém escolhem uma norma e quando não lhes convém deixem pura e simplesmente de aplicar como se a norma não existisse?

Em termos subjectivos quer gostemos ou algumas dessas normas sejam inconvenientes a nível pessoal ou prejudiquem interesses instalados, temos de aplicar estas normas e quando muito mais pelos Deputados e esta Assembleia Legislativa do qual nesta matéria o exemplo vem sempre de cima.

Finalmente, e neste primeiro Plenário faço um apelo ao Senhor Presidente da Assembleia, ao Senhor Vice Presidente e a nova Mesa e estimados colegas para que ao abrigo das normas regimentais concordem com a presença dos representantes dos meios de comunicação social convidando os seus representantes a estarem presentes nas reuniões das Comissões que decorrem com portas fechadas ao abrigo do Princípio da Transparência e do Direito de Informação dos meios de comunicação social e do Direito a ser informado dos assuntos com interesse directo e legítimo dos Cidadãos.

A médio prazo será importante rever as normas regimentais que obstam neste momento a uma maior transparência dos trabalhos das Comissões da Assembleia Legislativa que é a Casa do Povo que é a Casa dos Cidadãos!

Aliás os Cidadãos que votaram nos seus representantes para trabalharem neste hemiciclo têm o direito de fiscalizar integralmente todas as intervenções dos Deputados.

Muito Obrigado

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de
Macau aos 23 de Outubro de 2017.**

José Pereira Coutinho

2

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 23.10.2017

No dia 1 de Julho, perante o Presidente Xi Jinping, a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma e os Governos de Guangdong, Hong Kong e Macau assinaram, em conjunto, o Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau e a Promoção da Construção da Grande Baía, assinalando o início da construção desta última. O referido acordo-quadro define o objectivo da cooperação que Macau deve alcançar ao participar na construção da Grande Baía, que é “impulsionar a construção em Macau de um centro mundial de turismo e lazer, consolidar a plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, criar uma base de intercâmbio e cooperação que, tendo a cultura chinesa como a predominante, promova a coexistência de diversas culturas, promover o desenvolvimento sustentável e devidamente diversificado da economia de Macau”.

A participação activa na construção da Grande Baía vai contribuir mais para a cooperação estreita entre os três lados e a integração e desenvolvimento em várias áreas, e injectar uma nova vitalidade no desenvolvimento de Hong Kong e Macau, mantendo a prosperidade e estabilidade das duas regiões administrativas especiais (RAE) a longo prazo. A cooperação entre Macau e as regiões do Rio das Pérolas e Hong Kong possibilita resolver as limitações de recursos no desenvolvimento de Macau, e criar mais espaços e oportunidades de desenvolvimento para as PME, pessoas profissionais e jovens empreendedores, portanto, é bom para a promoção do desenvolvimento diversificado e adequado da economia de Macau. Assim, sugiro o seguinte:

1. Criar um órgão permanente e especializado responsável pela apresentação dos projectos de Macau na construção da Grande Baía.

A construção da Grande Baía, como marca de contemporaneidade, exige muitas obras a longo prazo e investimentos em várias áreas, portanto, a criação de um órgão permanente pode facilitar a cooperação dos três lados e acelerar o andamento das obras de Macau. Este órgão deve aproveitar a vantagem dos “dois sistemas” e as características de Macau, para apresentar os projectos de Macau na construção da Grande Baía. Deve ainda maximizar o papel apoiante e estratégico de Macau – “Um Centro, Uma Plataforma” – na construção da Grande Baía, para apoiar o desenvolvimento sustentável da mesma.

2. Criar um mecanismo de coordenação e promover gradualmente a articulação entre as leis e os regimes.

O Governo pode também tomar como referência as práticas de Hong Kong para criar uma equipa específica de coordenação. A Zona da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau localiza-se num país onde existem dois

sistemas e três zonas aduaneiras independentes cujos sistemas jurídico e administrativo são diferentes, e é inevitável a existência de obstáculos para a partilha de recursos e a articulação entre regimes. Macau deve, com base num planeamento científico e em estudos, promover gradualmente e aprofundar a inovação de políticas, criar um mecanismo de coordenação, e proceder à concepção de um enquadramento para os regimes envolvidos na construção e no planeamento da Zona da Grande Baía e sua articulação. Isto vai permitir uma abertura integrada mais aprofundada e contribuir para a construir dessa zona, e eliminar os obstáculos verificados no desenvolvimento e na cooperação e ao nível do sistema.

3. Interligar as infra-estruturas para os cidadãos poderem usufruir dos resultados do desenvolvimento.

Para aprofundar a cooperação estreita entre as cidades da Zona da Grande Baía, há que criar um modelo e uma via de alta eficiência para a circulação de recursos entre as cidades dessa zona. Sugiro que o Governo tome a iniciativa de assumir a liderança para melhorar os serviços públicos transfronteiriços e inter-regionais, de modo a concretizar a interligação entre cidades. Com isso, podemos promover a circulação de pessoas, bens, capitais e informações, e até a interligação de serviços sociais dentro dessa zona, reforçando a coesão regional, para os cidadãos poderem participar na sua construção e ter a sensação de realização.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 23.10.2017

Com o célere desenvolvimento económico registado nestes últimos anos, muitos projectos de construção de grandes infra-estruturas, de habitação e de hotéis estão em curso a todo o vapor, mas o ritmo está muito aquém daquilo que os residentes imaginam.

Multiplicam-se assim os problemas e as dificuldades a serem encarados pelo sector da construção. As legislações relativas à matéria da construção deixam muitas delas de poder responder às necessidades resultantes do desenvolvimento social, especialmente o Regulamento Geral de Construção Urbana, em vigor há mais de 30 anos, cuja alteração atempada tem vindo a ser reclamada pelo sector. Em 2009, as Obras Públicas lançaram uma consulta pública sobre as alterações parciais que vão ser introduzidas nesse Regulamento, só que desde então nunca mais se ouviu falar delas. Coordenaram também as Obras Públicas, há 5 ou 6 anos, os trabalhos de fixação dos parâmetros de elaboração dos projectos de construção e dos mapas de trabalhos realizados, mas não se chegou ainda a uma conclusão. Os diplomas legais relativos às obras públicas deixam de poder acompanhar, de um modo geral, as práticas internacionais, razão pela qual sugiro o seu aperfeiçoamento ou a sua solução, através da alteração das leis. Elenco aqui alguns exemplos:

Decreto-Lei n.º 79/85/M – Regulamento Geral da Construção Urbana (RGPU)

“Regime de vistoria aos edifícios”: sugiro que seja obrigatório efectuar uma vistoria aos edifícios e estipular as respectivas sanções.

Existem actualmente em Macau mais de 4000 edifícios com mais de 30 anos. Recentemente, a DSSOPT emitiu um comunicado sobre os edifícios que estão em más condições e a maioria deve-se à falta de obras de manutenção. Uma das razões para a falta de obras de manutenção é que se deve reforçar os conhecimentos da população sobre esta matéria; e uma outra razão deve-se ao facto de a lei não ser clara sobre esse aspecto. Este Regulamento entrou em vigor em 1963; em 1985, foram efectuadas grandes alterações; e, em 2009, alterações em relação às “licenças” e “fiscalização”, mas ainda não se efectuaram revisões relativamente à “vistoria dos edifícios”, pois este regulamento não dispõe de artigos vinculativos e sancionatórios sobre esta matéria. Assim, muitos edifícios estão em más condições e isso não é resolvido atempadamente.

Por outro lado, actualmente muitos edifícios das zonas antigas estão a ser planeados para reconstrução ou renovação, mas muitos deles têm várias limitações, pois situam-se em ruas muito estreitas e existem outros factores, tais como, problemas relacionados com os incêndios, e luminosidade e circulação do ar, mas muitos desses factores podem ser resolvidos com as actuais técnicas,

pelo que sugiro a alteração às respectivas leis e regulamentos.

Quanto aos edifícios mais baixos que estão em más condições, exige-se que muitos deles, aquando do pedido de reconstrução, mantenham o tecto ou a fachada, e isso, para os proprietários, não tem valor, pois vai ser muito cara a sua conservação. Assim, muitos preferem deixar o edifício devoluto e não fazer quaisquer obras de manutenção, deixando-o transformar-se num edifício perigoso e até desmoronar-se, para não pagar grandes quantias em conservação. O RGCU deve estipular melhores requisitos de gestão e disponibilizar benefícios aos proprietários que conservam os edifícios com valor cultural, isentando ou diminuindo algumas despesas nos seus projectos de conservação, para os proprietários fazerem a devida manutenção de livre vontade, e isto tudo para que possamos atingir os objectivos de protecção cultural dos edifícios.

Decreto-Lei n.º 74/99/M - Regime jurídico do contrato das empreitadas de obras públicas

Durante a consulta realizada em 2015 junto do sector, foi mencionada, na altura, a intenção de quantificar os trabalhos preparatórios constantes do mapa de mediações, bem como a introdução de mecanismos de arbitragem e de conciliação. Propôs-se ainda a introdução do pagamento pelos custos da segurança na área das obras públicas (*Pay for safety*). Todas essas soluções devem ser concretizadas quanto antes.

Regime de deontologia profissional, em fase de consulta

Iniciou-se, em Setembro de 2017, o processo de consulta do regime de deontologia profissional, cujo texto apresentado contém normas que não condizem de forma significativa com o reconhecido pelos operadores do sector. Sugiro que o serviço competente reforce a comunicação com o sector, por forma a reduzir as respectivas discrepâncias, concretizando, quanto antes e eficazmente, o regime em causa.

Por último, creio que as autoridades competentes são capazes de aperfeiçoar o regime, portanto, sugiro que os serviços responsáveis pelas obras públicas revejam, o mais rápido possível, as leis e regulamentos vigentes da sua área, definindo, para o efeito, uma calendarização, e apresentem, quanto antes, à Assembleia Legislativa, as respectivas propostas de alteração, a fim de satisfazer as necessidades da sociedade e do sector.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 23.10.2017

Questões decorrentes da Revisão do Regime de Condicionamento Administrativo e da respectiva consulta pública

A Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) prepara-se para fazer a Revisão do Regime de Condicionamento Administrativo, “no sentido de se obter um equilíbrio entre o desenvolvimento da actividade económica e a defesa do interesse público, principalmente em termos de segurança e ordem públicas e de protecção ambiental”, e assim já houve lugar à respectiva consulta pública. Desde o desenrolar da consulta pública, muitas associações artísticas e culturais de Macau, incluindo de cinematografia, dança, ópera chinesa, e outras artes cénicas manifestaram as suas preocupações com a revisão do regime, que poderá impedir o desenvolvimento das mesmas.

A revisão do referido regime visa “alcançar um equilíbrio entre o desenvolvimento das actividades económicas e o interesse público” e, “mediante a simplificação dos procedimentos administrativos, melhorar a eficiência no tratamento dos requerimentos, criando um bom ambiente de exploração comercial, satisfazendo, assim, as exigências das acções governativas para facilitar a vida dos cidadãos”. Mas as actividades regulamentadas por este regime, incluindo a cinematografia, as danças tradicionais e a ópera chinesa, estão estreitamente ligadas ao desenvolvimento artístico e cultural e ao da indústria cultural, e à vida cultural de Macau.

Segundo as respectivas associações artísticas e culturais de Macau, para esta consulta pública não foi realizada uma sessão de auscultação exclusiva para o sector cultural e, no documento de consulta sobre a revisão do referido regime, existem muitas normas suspeitas de obstruir o desenvolvimento do sector, tal como a sugestão de os cinemas e teatros apenas poderem localizar-se em edifícios exclusivamente comerciais ou estabelecimentos hoteleiros, afectando com gravidade as associações cívicas que operam com baixos custos, daí a dificuldade de haver recursos financeiros para tal financiamento. Mais, existem em Macau muitas associações sediadas em edifícios industriais, mas, segundo o referido documento, é possível que as mesmas não possam operar, o que é prejudicial para as indústrias culturais e criativas em crescimento, e também para o desenvolvimento cultural em geral, obstruindo assim com gravidade o desenvolvimento cultural e artístico de Macau.

O principal é: para uma proposta de lei como esta, tão importante para o desenvolvimento do sector, a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça (DSAJ) não organizou nenhuma sessão de consulta para ouvir as opiniões do mesmo, nem a Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura foi ouvida. Isto mostra a falta de coordenação do trabalho interserviços e que os mecanismos de

comunicação não funcionam, como sejam as reuniões de trabalho do Governo. Assim, é caótica a consulta, há falta de coordenação em diferentes áreas, e contradição nas políticas do Governo. Por isso, é minha opinião que:

1 – Na consulta sobre o referido regime, especialmente na parte relativa a organizações artístico-culturais, a DSAJ deve auscultar novamente essas organizações, o Instituto Cultural e a Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura.

2 – O Governo deve rever o mecanismo de reuniões de trabalho, assegurando a comunicação eficaz ao nível das Secretarias e Direcções de Serviços, e o seu conhecimento quando também estão envolvidos nos trabalhos de consulta.

3 – O Governo deve redefinir por lei o mecanismo de consulta, e assegurar que todas as partes interessadas tenham o direito de apresentar as suas opiniões.

IAOD dos Deputados Chui Sai Cheong e Vong Hin Fai em 23.10.2017

O ponto mais importante referido pelo Governo no relatório das LAG para 2016 e no Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM centra-se na construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer, enquanto posicionamento de desenvolvimento de Macau. A construção de “Um Centro” já está incluída nos 12.º e 13.º Planos Quinquenais do Estado, tornando-se, por isso, uma parte integrante da estratégia de desenvolvimento global do País. Assim, a construção do referido Centro passa a ser uma meta de desenvolvimento a curto e longo prazo que Macau deve alcançar com todos os esforços. Numa altura de rápido desenvolvimento, também não se pode ignorar uma coisa, isto é, as respectivas instalações e equipamentos podem ou não satisfazer os padrões internacionais vigentes.

De facto, a criação de “Um Centro” implica a construção de várias obras importantes, especialmente, a construção de parques temáticos e instalações de turismo e lazer, o que envolve muitas infra-estruturas grandes, instalações recreativas motorizadas e teleféricos de grande dimensão, etc. No entanto, neste momento, não existe em Macau uma legislação uniformizada que regule os referidos equipamentos electromecânicos, nem um departamento específico responsável pela autorização do funcionamento desses equipamentos e fiscalização da respectiva manutenção.

A maioria dos prédios e instalações públicas tem elevador e escada rolante. Em 2013, o Governo implementou as instruções de operação dos equipamentos de elevadores¹, mas 80 por cento dos 7 mil elevadores efectivos não fizeram, no ano passado, o exame anual, segundo as referidas instruções, o que desperta a preocupação de todos sobre os riscos de segurança.

Entendemos que o Governo deve ter como referência os respectivos sistemas das zonas vizinhas, tal como o Departamento de Serviços Eléctricos e Mecânicos criado em Hong Kong, estudar a criação de um departamento especializado em Macau ou subordinado à DSSOPT, que responda pela fiscalização da segurança dos equipamentos de elevadores, definir instruções através de um regulamento administrativo e construir um sistema de fiscalização completo, uniformizado e de alta eficácia, para Macau poder oferecer boas condições para se viver, trabalhar, viajar e divertir.

¹ As “Instruções para Apreciação, Aprovação, Vistoria e Operação dos Equipamentos de Elevadores” aplicaram-se, efectivamente, a partir de 19 de Maio de 2013.